

IDENTIDADE NACIONAL, MODERNIDADE E TRÓPICO

*Walteir Silva**

O tema desse artigo nos remete a uma reflexão e isto por varias razões. Primeiro pela profundidade implícita em toda e qualquer abordagem sobre a identidade; segundo, por ser esta não apenas o "eixo" do próprio SER, como também da persistente crise que ameaça a civilização ocidental. Crise iniciada, ao nosso ver, com o Renascimento, a Reforma e o Cogito Cartesiano, todos posteriormente considerados como modernos. Terceiro, pela dimensão social inerente a uma problemática suscitada quando pensamos sobre identidade nacional. Por conta da terceira razão, gostaria que a reflexão não ficasse circunscrita à minha subjetividade, mas fosse dividida com meus compatriotas, ou seja, se transformasse numa reflexão coletiva. Exprimo essa intensão, não apenas como sujeito pensante e cidadão, mas também como homem de partido que sou.

Reflexão coletiva com pretensões à intersubjetividade, não transcendental, como postulara Husserl, distanciando-se do real, mas social, convergindo em significados weberianos. Pois se as reflexões são imperativas nos momentos de crise, devemos reconhecer que elas são espreitadas pelo solipsismo dos idealismos subjetivistas. É pela via reflexiva que a consciência se fortalece enquanto fonte doadora de sentidos, mas, paradoxalmente, é através dela que o homem pode divorciar-se totalmente de sua natureza e meio, enclausurando-se em abstrações estéreis ou fantasias patogênicas. Em qualquer dos

* Walteir Silva é Professor do Departamento de Filosofia da UFPE.

casos importa ficar atento à alienação, seja esta psicológica, política ou existencial. Assim, é consciente desses "riscos reflexivos" que consideramos o problema da identidade o problema maior da Filosofia, constitutivamente correlato ao da possibilidade do conhecimento humano.

Parmênides, mestre dos metafísicos gregos, nos legou, mesmo contraditado dialeticamente por Heráclito, uma teoria e doutrina da identidade, adotadas posteriormente por Aristóteles, cuja lógica teria, com duplo sentido lógico e antológico, o Princípio de identidade como fundamento. A identidade pode, pelo exposto, ser visualizada sob vários aspectos, o antológico, o lógico, o psicológico, cultural, etc. Aqui nos importa vê-la sob ângulo cultural, pois a Nação é cultura dentro e dependente de um espaço e condições naturais. Uma reflexão sobre a identidade em geral não pode marginalizar o não-ser e as contradições.

Sobretudo estas por se constituírem também fundamento do SER, em devir, ou seja: "ser/sendo" como expôs Hegel no seu ciclópico sistema, paradigma dialético em que se baseou, como sabemos, o Marxismo. Identidade e contradição se excluem ou complementam, em função do tratamento dado ao problema do movimento enquanto sujeito de mudanças ou suporte da historicidade. O tempo, e já numa visão heideggeriana, constituiria o próprio fundamento do SER; explícito e singularizado por sua constituição humano-existencial.

É recorrendo descritivamente a dimensões históricas que pretendemos fixar reflexivamente um conceito de identidade nacional para o Brasil. Através dos conteúdos temáticos de uma memória coletiva é que tentaremos detectar os dados residuais emergentes de nossa fenomenologia cultural. Nesse sentido focalizaremos inicialmente cinco linhas interpretativas do nosso fato-nacional que são: Os Pioneiros; O Modernismo e nele a Semana de Arte Moderna de 1922; Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); a Escola Superior de Guerra (ESG) e o que foi

o "Projeto de Reconstrução Nacional (PRN) do governo Collor. Salientamos que dentro dos limites desta exposição os enfoques não serão exaustivos.

Iniciando com o Nativismo, diríamos que o mesmo sempre esteve presente em nossa formação, mercê das expulsões dos holandeses, franceses e constantes birras com os portugueses. O gesto da Independência, precedido por Tiradentes, contribuiu para fortalecer a afirmação nacional, assim como a vitória sobre o Paraguai. A República, se consolidou um novo Estado, enraizou-se pouco na nação pois, no dizer de Aristides Lobo, referindo-se ao 15 de novembro, "O povo a tudo assistiu, bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava", deixando entrever que é antiga a dissociação entre Estado e Nação entre nós, gerando dois brasis: um formal, das leis, burocrático e estatal; outro real, do povo, sofrido, miserável e estrangeiro em seu próprio território. Apesar da vacuidade popular da República, até porque ela foi logo assaltada e ocupada pelas oligarquias do café paulista e leite mineiro, esboçaram-se em nosso país várias tentativas de compreensão, quando não explicação ou descrição, do que somos e queremos. O território, a composição racial, religiosa e lingüística, foram temas presentes numa literatura que, objetivando divorciar-se da literatura portuguesa, escolhia o fato nacional como referência de afirmação, tanto social quanto literário. O Indigenismo romântico de José de Alencar; O Ufanismo de Afonso Celso, Olavo Bilac e Raul Pompéia; as presenças de Graça Aranha, Euclides da Cunha com seu "Os Sertões", além do nacionalismo explícito de Lima Barreto, através do seu "Policarpo Quaresma", configurou, sem esquecer a geração de 1870 nem Monteiro Lobato, uma inquietação, melhor dizendo, preocupação com nossa identidade e destino. O modernismo europeu já estava em curso, quando eclode a Primeira Guerra Mundial, época em que Alberto Torres lançava seu "O Problema Nacional Brasileiro", isto em 1914. A vitória francesa ampliou as luzes de Paris e de lá nos chegaram as

novidades. A Semana de Arte Moderna de 1922, influenciada pelo Futurismo, Dadaísmo, Espiritonovismo e Surrealismo, iria através de Conferências, Manifestos e Editoriais se posicionar sobre a maneira brasileira de ser. O "Tupy or not Tupy, that is the question" de Oswald de Andrade no seu Manifesto Antropofágico, exprime o tom do Movimento Modernista. Modernismo que, diferentemente do atual proposto pelo presidente da República, não reivindicava transformações técnicas em larga escala nem tampouco reformas administrativas ou privatizações. O modernismo dos anos 20 envolvendo a "Semana", apesar de, como referimos, ter sido influenciado pelo Movimento europeu, adota "antropologicamente" nossa problemática interna no que tange ao ser brasileiro. Manifestos como o da "Poesia do Pau-Brasil" (1924); "Regionalista", aqui no Recife, em 1926; "Grupo Verde" (1927); "Antropológico" (1928); "Nhengaçu Verde-amarelo" (1929), além de editoriais de revistas como "Klaxon", "Festa" e "Orfeu" e de Conferências como a de Graça Aranha sobre "A emoção estética na Arte Moderna", inaugurando a "Semana" de 1922, ou livros como o "Macunaíma" de Mário de Andrade, foram perpassados pela preocupação com nossa identidade, preocupação artístico literária, é verdade, mas nem por isso menos importante, haja vista que foi através da literatura que a "inteligentzia" nacional primeiro se expressou, inclusive filosoficamente. Os temas centrais do Modernismo brasileiro, numa época onde os tenentes pegam em armas no Forte de Copacabana (1922) e Prestes percorre com sua Coluna cereca de 30.000 km em três anos (1924-1926), são o meio (território, a fauna e flora, o clima), o popular, ausente na "República" e a região singular em contraste com as visões internacionalistas então vigentes. O tropicalismo de Gilberto Freyre já se prenunciava, mas o Modernismo avançou em várias direções, inclusive a metropolitana, com São Paulo agitando-se, ou a sertaneja de Catulo da Paixão, sertões descritos por Euclides da Cunha. A beleza e a vitalidade do meio, temas próprios de um

Ufanismo minimizado ora pelo "Urupês" de Monteiro Lobato, ora pelo "Macunaíma" de Mário de Andrade. Neles, Jeca Tatu e Macunaíma não se enquadram numa visão otimista do meio e homens brasileiros; o "popular" porém era reconhecido, bem ou mal, como parte integrante do universo de nossas inquietações fundamentais. Pelo Modernismo, pois, o vazio popular existente na República passava a ter conteúdo. Conteúdo que a Revolução de 30 iria valorizar enquanto o Integralismo de Plínio Salgado, pela direita, promoveria, com símbolos, cores e valores, teses próprias de um nacionalismo em construção. No fundo e de fato, o Modernismo contribuiu para a ampliação de nossa consciência nacional e isso graças às reflexões efetuadas por seus representantes.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), retoma, questionando, a problemática da identidade nacional. Getúlio já havia deixado um legado controverso e saído da vida; a redemocratização, consolidada com Juscelino Kubitschek, possibilitava a discussão sobre o desenvolvimento econômico. O ISEB surge em meados dos anos 50 sob os auspícios do governo Juscelino, congregando estudiosos da estirpe de Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodrê, Cândido Mendes e Guerreiro Ramos. Em conjunto, o grupo discorre sobre o Ser Nacional, o vê, diferentemente das análises precedentes, situado e em processo. Situado em determinadas coordenadas mesológicas e "existenciais", pois o SER Nacional, existe, antes de ser uma essência ou substância, como ensinavam os existencialistas como Sarte e Kierkegaard.

Em processo porque a historicidade seria possuidora e constituinte de uma ontologia específica, a do Ser Nacional. Ser Nacional postulado sob a ótica da autenticidade, porém passível de desfiguração pela alienação, decorrente não apenas da situação colonial, mas sobretudo pela ausência de um tratamento crítico à questão nacional.

Os isebianos pensaram o Brasil, mas o fizeram atrelando e dirigindo, redutoramente, seus esforços a um pré-requisito ideológico e circunstancial, o desenvolvimentismo Juscelinista, o qual "esquecendo" a agricultura, "optou" pela industrialização como fórmula econômica de salvação nacional. Apesar da presença de uma atitude filosófica, o grupo não conseguiu problematizar o conceito de desenvolvimento, atualmente em discussão, nem tampouco o de ideologia. Tanto aquele quanto este, entre os isebianos se implicam e isto os tolheu de elevarem suas reflexões a um maior nível de profundidade.

O ISEB foi fechado pelo golpe militar de 1964. No poder os militares trataram de elaborar um corpus político-doutrinário capaz de preencher o vazio programático então existente em decorrência da chegada deles ao poder. Para tal foi acionada a Escola Superior de Guerra (ESG), que viu-se, assim, imbuída da tarefa de pensar teórica e normativamente, um projeto político para o país. Ressalta, a primeira vista, na doutrina da ESG, seu caráter sistêmico, mercê da coerência interna existente entre as diversas partes que o integravam. Seu núcleo são os Objetivos Nacionais Permanentes, secundados pelos Objetivos Nacionais Atuais. É em torno dos ONP que gravitam o Poder Nacional, a Segurança, o Desenvolvimento, a Integração nação-estado, além da Integração da nação consigo própria. Também o conceito de estratégia é parte integrante da doutrina, assim como o de geoestratégia, o qual teve no general Golbery do Couto e Silva um dos seus formuladores para o Brasil.

Os Objetivos Nacionais Permanentes "exprimem os desejos da nação, constituindo a expressão dos seus anseios duradouros", enquanto o desenvolvimento nacional, em seus múltiplos aspectos, visaria, começando pelo aperfeiçoamento do homem e do Poder Nacional, conquistar e manter os Objetivos Nacionais, dentro de uma perspectiva de Bem Comum. A segurança interna iria incidir preferencialmente sobre o processo subversivo, sendo este, na conceituação da ESG, "a seqüência de

atos normalmente com conotação ideológica, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifesta no âmbito interno do País, atentando contra a conquista e manutenção dos objetivos Nacionais Permanentes, seja, entre outras formas por ação direta contra as instituições, seja pelo controle progressivo da população e pela destruição dos valores da nacionalidade". Percebe-se na doutrina da ESG certo zelo pela nacionalidade; uma preocupação com o homem e o desenvolvimento. Tudo, ao nosso ver, dentro de parâmetros positivistas, existentes já na "preparação" da República de 1889 e hoje ainda desprovidos de um grau maior de aprofundamento da problemática em questão. Não obstante, a ESG desempenhou, a seu modo, um papel não apenas na política contemporânea como também no processo controvertido e sinuoso de nosso autoconhecimento nacional. E isto, no seu caso, através do Estado como sujeito de poder, o que levanta o problema das relações fundadoras, melhor dizendo, genéticas, existentes entre a Nação e o Estado. Mas isso extrapola os temas centrais de nossa reflexão.

Um outro posicionamento sobre nossa identidade, mesmo sem disso ter consciência, logo, involuntário, mas que nem por isso deixou de ser negativo, foi o "Projeto de Reconstrução Nacional", do governo Collor de Mello.

Irresponsavelmente alheio ao passado modernista e isebiano, o PRN atropelou a nacionalidade ao ignorá-la e violentou a Nação ao privilegiar o Estado. E isto, para combater o subdesenvolvimento, através de uma série de medidas, todas discutíveis: desregulamentação, desestatização, privatização e competitividade econômica. Tudo eficazmente e em nome de uma modernização que colocaria o Brasil no clube dos países do primeiro mundo.

Sem bases de sustentação etnológica, o Projeto do governo Collor se propôs a uma série de reformas, entre elas a administrativa, e globalmente propôs modificações em vários setores da vida pública nacional. Como em 1889 é o Brasil

formal, impondo normas e medidas, de cima para baixo, através das chamadas medidas provisórias, sem levar em conta ou respeitar o Brasil real, aprendendo com ele e governando para ele. O "Projeto" inspirou-se no neoliberalismo que grassa no mundo atualmente, tendo suas origens remotas no liberalismo burguês e revolucionário dos três últimos séculos, e as origens próximas nos pensamentos de Hayek, Ralf Dahrendorf e Milton Friedman, herdeiros das Internacionais Liberais que vêm se realizando desde 1947. E então? Que dizer do PRN? Que suas proposições são antinacionais, sobretudo as privatizações de empresas rentáveis e configuradas como patrimônio público, para atender uma economia de mercado, cujas leis capitalistas não permitem uma equilibrada e salutar competição democrática, haja vista que a lógica do capitalismo é excludente e centralizadora. Mas já agora o que mostra a descrição dessas cinco manifestações históricas letradas e políticas por nós escolhidas sobre o fato nacional? Quais os seus pontos comuns? Os por nós chamados precursores, pensaram isoladamente, o mesmo não ocorrendo com os Modernistas, ISEB, ESG e PRN. O elemento popular está presente em todos, porém de forma acentuada nos Modernistas. Igualmente os fatores mesológicos. A temática do desenvolvimento não é forte até aos isebianos, prosseguindo na ESG e PRN. As considerações artístico-literárias só existem nos Precursores e Modernistas, enquanto os isebianos reconhecem juntamente com a ESG e PRN a importância do Estado. A problemática econômica não é notória entre os modernistas tanto quanto o é entre os isebianos, ESG e PRN. Os dados etno-antropológicos estão ausentes tanto no ISEB, quanto na ESG e PRN. A dimensão política é evidente na ESG e PRN, enquanto a sócio-histórica e existencial o é no ISEB.

Nos cotejos por nós realizados entre os grupos referidos acima evidencia-se por seus textos, que existe uma identidade nacional. Todavia, argumentamos que uma identidade nacional deve ser possuidora basicamente de dados etno-

antropológicos. Pois é impossível se conceber uma identidade social destituída dos costumes, raça, língua, religiosidade, liturgias, mitos e símbolos. E isso nós já temos no Brasil, sem secundarizar o meio físico. Assim é que em termos de raça, continuamos nos caldeando, na direção de uma metaraca mestiça, síntese de todas as raças existentes no território. Do saci-perere sulistas às amazonas, boiuna, boto, cobra norato amazônicos, zumbi, caipora e quibungo nordestinos, sem esquecer o Jurupari indígena, nossas lendas, mitos, monstros e assombrações além de alimentarem a imaginação popular e o fabulário poético e literário em geral, são, apesar de ignorados pelo Estado, referências para nossa identidade. O mesmo é válido para nossa culinária tão brilhantemente mapeada por Luis da Câmara Cascudo no seu "História da Alimentação no Brasil" e já em 1926 regionalmente valorizada aqui no Recife, através do já mencionado "Manifesto Regionalista", ao citar as tapiocas, os angus e bolos caseiros. Igualmente os doces. Acarajé, vatapá, pato no tucupi ou peixes e sururus ao molho de coco, precedidos por batidas de frutas tropicais, e sucedidas por licores caseiros ou cafezinho, testemunham a existência de uma cozinha brasileira. E o que não dizer da cerâmica de Vitalino e Francisco Brennand, das carrancas do rio São Francisco, das curvas de Oscar Niemeyer, dos tons fortes e elegantes da pintura baiana de Aldemir Martins, ou o humor fino e sutil de Jô Soares? Na dança, através do passo, capoeira e malabarismos de escola de samba, temos uma postura e expressão corporal que, já nacionais, diferem de posturas européias ou asiáticas. O maracatu, o reisado e os caboclinhos também integram o universo de nossas danças, hoje folclorizadas por desfiles carnavalescos ou turísticos, promovidos por empresas nem sempre comprometidas com os significados reais desses eventos. Subsistem regionalmente as grandes festas populares tais como o carnaval e o São João. É na música, porém, onde a alma popular se exprime, com matizes os mais diferentes e quase nostálgicos, a lembrar que a África é parte integrante de nossa

maneira de ser. Do "Carinhoso" de Pixinguinha ao sentimentalismo dolente de Cartola, Nelson Cavaquinho, Ataulfo Alves, Dorival Caymi, Vinícius de Moraes, Tom Jobim, João Gilberto, Chico Buarque, Djavan e Milton Nascimento; o sentimento popular urbano se faz presente ao lado da obra magistral de um Luis Gonzaga, intérprete telúrico, lúdico e político das misérias, anseios e grandezas da alma nordestina.

Mesmo quando tentativas eruditas a partir de temas populares são ensaiadas, a exemplo de Carlos Gomes, Vila Lobos e o Armorial de Ariano Suassuna e Cussy de Almeida, o conteúdo sentimental popular resiste às formalizações puras ou abstratas. O sincretismo religioso é outra face de nossa identidade. Aqui somos católicos, espíritas e protestantes simultaneamente. Nosso olimpo é ocupado pelo orixás, santos e caboclos indígenas. Iansã, Ogun e Iemanjá mobilizam os devotos de Santa Bárbara, São Jorge e Nossa Senhora da Conceição. O candomblé e a macumba são igualmente freqüentados por brancos, negros, pobres, ricos, políticos, eleitores, empresários e trabalhadores. Difusa e resistindo à secularização da técnica, nossa religiosidade atinge suas culminâncias nas romarias à Nossa Senhora Aparecida, Sírios de Nazaré ou Juazeiro do Padre Cícero. A beatice, popularizada no passado pelo Conselheiro, persiste em nossos dias atraída por Frei Damião, o qual, por sua obra e apelo carismático, se fez seguir e venerar por multidões desamparadas. Crendices e superstições são cúmplices da religiosidade brasileira. Amuletos, simpatias, rezas e "despachos" são utilizados ou praticados.

A língua é o cimento de nossa unidade nacional e o instrumento de uma literatura que assumiu o papel de discurso fundador da nacionalidade ante o vazio de uma revelação, gesto ou ação heróica, religiosa ou guerreira. Foi pela literatura, como prosa ou poesia que começamos a ser codificados semanticamente como nação. Nela, como já referimos, tivemos o indigenismo de José de Alencar, os "Sertões" de Euclides da

Cunha, o "Canaã" de Graça Aranha, o Nacionalismo de Lima Barreto, o "Retrato do Brasil" de Paulo Prado, o "Casa Grande & Senzala" e a "Interpretação do Brasil" de Gilberto Freyre, as "Raízes do Brasil" de Sérgio Buarque de Hollanda, assim como a "Teoria do Brasil" de Darci Ribeiro. No Romantismo, Modernismo e Realismo do Ciclo da Cana-de-Açúcar, com José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, de perto acompanhados por Jorge Amado, Ariano Suassuna, Manoel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, transparece o compromisso com a problemática de nossas origens e natureza social.

Assentes os componentes gerais de uma identidade nacional, cabe-nos agora problematizá-la, através da aproximação dos conceitos de modernidade e tradição. Modernidade postulada pelo Projeto de Reconstrução Nacional do governo Collor, é bom lembrar. A idéia de modernidade abriga no seu conteúdo a noção de "novo" e atual, contrapondo-se, assim, ao arcaico, velho, decadente e tradicional. É a prefiguração do novo que vai permitir, em várias culturas e religiões, práticas litúrgicas de renovação, renascimento ou ressurreição. O batismo cristão inscreve-se no âmbito das práticas de renovação, com significação cristã própria, à luz das "Boas Novas" dos Evangelhos. Legitimado ainda por fatores biológicos pois os seres vivos envelhecem e morrem, o charme das coisas novas está enraizado no inconsciente coletivo, não sendo por acaso que as revoluções, quaisquer que elas sejam, habitam o imaginário individual e popular, sempre acenando, quando não às perfeições utópicas, ao menos o justo, o belo e o verdadeiro. Representando o "melhor", o "novo" é qualitativamente autodiferenciado, ou seja, ele é possuidor de uma autonomia ontológica. Suas significações são hierarquicamente radicais, pois é no âmbito do qualitativo que elas, as significações, assentam suas legitimidades. O anseio pelo "novo" pode gerar tensões, crises e rebeliões, mudanças sociais enfim. Até porque o niilismo

nietzscheano, pós-kantismo, ao matar Deus, iria também matar a alma para "salvar" o indivíduo, melhor dizendo, o corpo, do qual se apossaria Freud e sua psicanálise.

Ao indivíduo foi "destinado" o direito natural de Rousseau, assegurando-lhe a igualdade civil há tempos reivindicada pelo liberalismo burguês e defensor da propriedade privada, inclusive dos meios de produção, então acelerados por uma Revolução industrial em cuja realização as ciências naturais tiveram, juntamente com o Capitalismo, uma participação decisiva. A técnica entra em cena, sendo utilizada, pragmática e positivamente pelo capitalismo para transformar o mundo. A futurologia começava a ser presente; as utopias concretizadas. É este o modernismo que o PRN propôs para o Brasil e convenhamos que o mesmo é bem diferente do modernismo artístico-literário dos anos 20. A pergunta que lançamos é: como articular o moderno com o tradicional? O novo e passageiro com determinados arquétipos imutáveis? A ESG estava certa ao postular os Objetivos Nacionais Permanentes, pois sem referências estáveis é impossível a construção de uma identidade. Platão, outro discípulo de Parmênides, ao cirar sua teoria dos modelos perfeitos, as Idéias, fora e acima do mundo natural, mutável e ilusório, teve consciência do problema da fundamentação do Ser, isto é, da identidade. As dificuldades da fundamentação dialética no Marxismo, também têm a ver com estas aporias. Voltando à compatibilização de uma identidade nacional brasileira com a modernidade ou modernização, sustentamos que ela não é estática, apesar de tradicional, pois foi edificada ao longo de um tempo, possuidor de ritmos próprios e, por isso, um tempo brasileiro. Nas entrelinhas desta exposição ressalta nossa rejeição, não à mudança, mas sim à modernidade vaga, irresponsável e ideologicamente tática do PRN. A modernidade deles não nos convém enquanto povo. Ela é só técnica. Não respeita a nacionalidade. Não dialogou com o

passado, nem fez indagações ao futuro, pois é nele e hoje que se realizará nosso destino como povo e nação.

Queremos a modernidade, pois respeitamos o "novo". Todavia este não deve atropelar ou destruir tradições, a exemplo do que ocorreu no Iram do Xá Reza Parlevi, nem muito menos agredir nossa já combalida memória coletiva. Isto só beneficiaria aqueles que, imbuídos de desígnios colonizadores ou imperialistas estimulam mecanismos de dominação coletiva. Assim, proponho a inclusão no âmbito desta reflexão de dois dados por nós considerados importantes para a conceituação de nossa identidade nacional: o dado econômico e o dado político. Sem querer aprofundá-los, sustentamos que qualquer análise, reflexão, interpretação ou explicação, além de descrição, sobre nossa identidade estará incompleta se não incluir no seu âmago o fato econômico e o fato político. Pensadores, etnólogos, antropólogos, psicólogos e historiadores, além dos sociólogos, escritores e artistas, são imprescindíveis ao estudo do fato nacional. Eles porém não decidem nada, politicamente e ao nível do Poder do Estado; muito menos controlam ou interferem, como agentes econômicos, nas leis do mercado. Suas idéias, como as nossas, hoje, no debate que se seguirá a este artigo, ficarão no papel e em nossas cabeças. Não terão força por elas mesmas para serem postas em prática.

A identidade nacional só existe com independência econômica e soberania política; quando menos com interdependência econômica, voluntária e autônoma, mas nunca com dependência e controles exercidos de fora, como ocorreu no passado e persiste em ocorrer atualmente, mercê das vulnerabilidades e desacertos de nossa economia.

Gostaria ainda de ressaltar uma evidência contida no texto, que consistiu em dizer que a identidade nacional brasileira existe identificada com o meio físico que lhe dá suporte natural. Esse meio é o trópico.

Finalizo me referindo ao poeta Carlos Drumond de Andrade, que, ao concluir seu "Hino Nacional", pergunta: "Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?" Respondo-lhe dizendo que existe o Brasil assim como os brasileiros; que nossa identidade nacional é um requisito não apenas de afirmação coletiva, mas sobretudo uma arma de libertação política. E que esta arma deve ser empunhada pelos partidos, sindicatos e associações, enfim, pelo povo em geral, pois a defesa de nossa identidade é o requisito maior da afirmação de nossa liberdade e existência como povo.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. São Paulo, Ed. Itatiaia, 1981.
- ANDRADE, Oswald de. *Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio, Ed. Rocco, 1984.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. Recife, Ed. IJNP, 1967.
- GUERRA, Escola Superior de. *manual básico*. Rio, Ed. ESG, 1986.
- LANDERS, Vasda Bonafini. *De Jeca à Macunaíma*. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1988.
- MELO, Fernando Collor de. *Projeto de governo*. Folha de São Paulo, 15 de março de 1991.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade modernista*. Rio, Ed. Graal Rio, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Ed. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

RODRIGO, Lídia Maria. *O nacionalismo no pensamento filosófico*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A verdade sobre o ISEB*. Rio, Avenir Editora, 1978.